

Banco do Brasil S.A.

SBS Quadra 01, BI A, Lt 31 - Edifício Sede I - 15º andar - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09

Exercício encerrado em 31.12.2013

Relatório da Administração

A BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), com sede e foro na cidade de Brasília-DF e prazo de duração indeterminado, é uma subsidiária integral da BB Seguridade Participações S.A. (BB Seguridade), tendo como objeto social a participação em sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e que operam seguros odontológicos.

O seu capital social é de R\$ 3.103.200.599,27 (três bilhões, cento e três milhões, duzentos mil, quinhentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos), dividido e representado por 278.862.835 (duzentos e setenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e duas mil, oitocentas e trinta e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, delatadas, integralmente, pela BB Seguridade.

A BB Seguros detém, atualmente, participações nas empresas Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (Brasilprev), Brasilcap Capitalização S.A. (Brasilcap), BB Mapfre SH1 Participações S.A. (SH1), Mapfre BB SH2 Participações S.A. (SH2), BB Capitalização S.A. (antiga Nossa Caixa Capitalização S.A.) e IRB Brasil Resseguros S.A. (IRB).

As receitas da BB Seguros advêm, principalmente, de equivalência patrimonial.

INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Dando continuidade ao processo de reorganização societária da área de seguridade, iniciado em 2008 no Banco do Brasil S.A. (BB), a BB Seguridade, por meio de sua subsidiária, a BB Seguros, celebrou, em 24/05/2013, com a União, contrato de compra e venda de ações de emissão do IRB Brasil Resseguros S.A., conforme Fato Relevante de mesma data. No referido contrato, a BB Seguros adquiriu 212.421 (duzentos e doze mil quatrocentos e vinte e uma) ações ordinárias, que representam 20,5% do capital social, ao preço de R\$ 2.577,00 (dois mil quinhentos e setenta e sete reais), totalizando R\$ 547.408.917,00 (quinhentos e quarenta e sete milhões, quatrocentos e oito mil, novecentos e dezessete reais), cuja liquidação financeira se deu em 27/08/2013.

Em 05 de agosto de 2013, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou o Acordo de Associação e Outras Avenças, celebrado entre o BB, BB Seguros, BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora) e a Odontoprev S.A. (Odontoprev), que tem o objetivo de desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais BB no território nacional, por meio de uma sociedade anônima denominada BrasilDental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (BrasilDental), conforme Fato Relevante de mesma data.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A estrutura societária da BB Seguridade encerrou o exercício de 2013 com a seguinte configuração:

COLIGADAS	PARTICIPAÇÃO %	DEMAIS SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO %
1. Brasilcap	66,66%	Icatu	16,67%
		Aliança da Bahia	15,80%
		Minoritários	0,87%
2. Brasilprev	74,99%	Principal	25,01%
3. BB Mapfre SH1	74,99%	Mapfre	25,01%
3.1 Mapfre Vida	100,00%		
3.2 Vida Seguradora	100,00%		
3.3 Aliança do Brasil	100,00%		
4. Mapfre BB SH2	50,00%	Mapfre	50,00%
4.1 MSG	100,00%		
4.2 AB Seguros	100,00%		
4.3 Brasilveículos	100,00%		
5. IRB Brasil Resseguros	20,51%	União	27,56%
		Bradesco Auto RE	20,51%
		Itaú Seguros	15,00%
		FIP Caixa Barcelona	6,64%
		Empregados	0,21%
		Minoritários	9,57%

Ao final do processo de reorganização societária a BB Seguros, almeja-se a seguinte estrutura:

COLIGADAS	PARTICIPAÇÃO %	DEMAIS SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO %
1. Brasilcap	66,66%	Icatu	16,67%
		Aliança da Bahia	15,80%
		Minoritários	0,87%
2. Brasilprev	74,99%	Principal	25,01%
3. BB Mapfre SH1	74,99%	Mapfre	25,01%
4. Mapfre BB SH2	50,00%	Mapfre	50,00%
5. IRB Brasil Resseguros	20,51%	União	27,56%
		Bradesco Auto RE	20,51%
		Itaú Seguros	15,00%
		FIP Caixa Barcelona	6,64%
		Empregados	0,21%
		Minoritários	9,57%
6. BrasilDental	74,99%	Odontoprev	25,01%

RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Os recursos humanos utilizados pela BB Seguros são constituídos exclusivamente por funcionários do quadro permanente do BB e a cessão de pessoal, bem como o fornecimento de materiais e equipamentos necessários ao seu funcionamento, são regidos por convênio de rateio e ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos firmado com o Banco.

RESULTADO DA BB SEGUROS

A BB Seguros encerrou o exercício de 2013 com Lucro Líquido de R\$ 1,57 bilhão, evolução de 66% sobre o exercício de 2012. As Receitas Operacionais, oriundas do resultado obtido com participações nas coligadas e controladas e de outras receitas operacionais, cresceram 74%, totalizando R\$ 1,56 bilhão, e foram as principais responsáveis pelo bom desempenho da holding.

Apesar da baixa relevância das Despesas Administrativas, a redução observada na linha também contribuiu para o aumento do Resultado da BB Seguros em 2013. A queda de 21% foi impulsionada pela diminuição de 26% nas Despesas com Pessoal, em função da migração do quadro de funcionários para a BB Seguridade. A empresa registrou R\$ 17,4 milhões em despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício de 2013.

Demonstrações Contábeis

Em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	R\$ mil	
		31.12.2013	31.12.2012
CIRCULANTE		613.230	820.977
Caixa e equivalentes de caixa	[6]	565.621	697.900
Ativos por impostos correntes	[14.a]	12.116	2.994
Outros ativos	[7]	35.493	120.083
NÃO CIRCULANTE		6.229.612	5.396.971
Ativos por impostos diferidos	[14.b]	3.052	3.052
Investimentos em participações societárias	[8.a]	6.226.560	5.393.919
TOTAL DO ATIVO		6.842.842	6.217.948

PASSIVO	Nota	R\$ mil	
		31.12.2013	31.12.2012
CIRCULANTE		586.677	344.965
Dividendos a pagar	[9]	577.175	337.596
Passivos por impostos correntes	[14.c]	5.655	3.781
Outros passivos	[10.a]	3.847	3.588
NÃO CIRCULANTE		273.977	269.654
Passivos por impostos diferidos	[14.d]	273.977	269.654
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.982.188	5.603.329
Capital Social	[13.a]	3.103.201	3.103.201
Reserva de Lucros	[13.b]	2.894.056	2.493.435
Outros Resultados Abrangentes Acumulados	[13.c]	(15.069)	6.693
TOTAL DO PASSIVO		6.842.842	6.217.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	R\$ mil (exceto lucro por ação)	
		Exerc/2013	Exerc/2012
Receitas Operacionais		1.560.994	892.742
Resultado de participações em controladas e coligadas	[8.a]	1.560.994	892.742
Outras receitas/(despesas) operacionais		(309)	63.116
Despesas de pessoal	[11.a]	(4.337)	(5.830)
Outras despesas administrativas	[11.b]	(1.117)	(1.042)
Despesas tributárias	[14.g]	(1.542)	(24)
Outras receitas/(despesas) operacionais	[11.c]	6.687	70.012
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		1.560.685	955.858
Resultado financeiro	[12]	34.570	25.781
Receitas financeiras		48.152	36.818
Despesas financeiras		(13.582)	(11.037)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.595.255	981.639
Imposto de Renda e Contribuição Social	[14.e]	(17.459)	(28.629)
Lucro líquido		1.577.796	953.010
Número de ações		278.862.835	278.862.835
Lucro por ação em (R\$)		5,66	3,42

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Exerc/2013	Exerc/2012
Lucro líquido	1.577.796	953.010
(+) Outros resultados abrangentes acumulados	(21.762)	5.744
Resultado abrangente do período	1.556.034	958.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ mil	
	Exerc/2013	Exerc/2012
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.595.255	981.639
Ajustes ao lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Resultado de participações em coligadas e controladas	(1.560.994)	(892.742)
Lucro na alienação de participação societária	--	(69.926)
(Ganho)/perda de capital	--	(86)
Outras receitas/(despesas)	(4.163)	--
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	30.098	18.885
Variações Patrimoniais		
Aumento/(redução) em impostos correntes	(7.248)	1.922
Aumento/(redução) passivos por impostos diferidos	4.323	1.283
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(6.498)	(20.766)
Aumento/(redução) em outros passivos	(494)	3.041
(Aumento)/redução em outros ativos	(293)	150.476
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	19.888	154.841
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	1.346.421	470.213
Aquisição de participação societária em coligada	(547.409)	--
Alienação de investimentos	--	81.809
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	799.012	552.022
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(951.179)	(218.363)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(951.179)	(218.363)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(132.279)	488.500
Início do exercício	697.900	209.400
Fim do exercício	565.621	697.900
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(132.279)	488.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes Acumulados	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31.12.2011	3.103.201	65.539	838.187	949	974.295	4.982.171
Outros Resultados Abrangentes Acumulados						
Ajustes de Avaliação Patrimonial	--	--	--	5.744	--	5.744
Lucro Líquido do Exercício	--	--	--	--	953.010	953.010
Destinações:						
Reservas	--	48.023	1.541.686	--	(1.589.709)	--
Dividendos (R\$ 1.210,62 por lote de mil ações)	--	--	--	--	(337.596)	(337.596)
Saldos em 31.12.2012	3.103.201	113.562	2.379.873	6.693	--	5.603.329
Mutações do Exercício	--	48.023	1.541.686	5.744	(974.295)	621.158
Saldos em 31.12.2012	3.103.201	113.562	2.379.873	6.693	--	5.603.329
Outros Resultados Abrangentes Acumulados						
Ajustes de Avaliação Patrimonial	--	--	--	(21.762)	--	(21.762)
Lucro Líquido do Exercício	--	--	--	--	1.577.796	1.577.796
Destinações:						
Reservas	--	78.890	921.731	--	(1.000.621)	--
Dividendos (R\$ 4.290,74 por lote de mil ações)	--	--	(600.000)	--	(577.175)	(1.177.175)
Saldos em 31.12.2013	3.103.201	192.452	2.701.604	(15.069)	--	5.982.188
Mutações do Exercício	--	78.890	321.731	(21.762)	--	378.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco do Brasil S.A.

SBS Quadra 01, Bl A, Lt 31 - Edifício Sede I - 15º andar - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09

Exercício encerrado em 31.12.2013

Notas Explicativas

1 - A BB Seguros Participações e suas Operações

A BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros) é uma sociedade controlada pela BB Seguridade Participações S.A. (controlada direta do Banco do Brasil S.A.), constituída em 30.09.2009, a partir da cisão parcial do patrimônio do BB Investimentos. Atualmente, detém participações societárias nas seguintes empresas: Brasilcap Capitalização S.A., Brasilprev Seguros e Previdência S.A., BB Capitalização S.A., IRB Brasil Resseguros S.A., e nas holdings de participação BB Mapfre SH1 Participações S.A. e Mapfre BB SH2 Participações S.A. Tem por objeto a prática de operações de participação em sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e sociedades que operam planos de assistência à saúde.

2 – Aquisições, Vendas e Reestruturações Societárias

Aumento de participação societária na Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (Brasilprev)

Em outubro de 2009, com a finalidade de redefinir os termos da parceria já existente no segmento de previdência complementar aberta, a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros) e a Principal Financial Group do Brasil Ltda. (PFG ou Principal), com a anuência do Banco do Brasil S.A., assinaram Memorando de Entendimentos para a comercialização de produtos de previdência complementar aberta pelo período adicional de 23 anos.

Em abril de 2010, a BB Seguros e a PFG renovaram sua parceria estratégica para atuação no desenvolvimento e comercialização de produtos de previdência privada aberta no Brasil. Dentre as condições firmadas pelos sócios, estava o aumento da participação da BB Seguros na Brasilprev para 74,995% do seu capital social, em contrapartida da exclusividade concedida à Brasilprev, pelo prazo de duração da parceria, para a comercialização de produtos de previdência privada aberta nos canais de distribuição do Banco do Brasil. O acordo de parceria define que o modelo de gestão da empresa continua compartilhado entre os sócios.

Na mesma ocasião, a Principal adquiriu a participação acionária de 4% do capital social total da Brasilprev detida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Estrutura societária da Brasilprev:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações
Principal	50,01	572.634	-	-	25.005	572.634
BB Seguros	49,99	572.406	100,00	1.145.040	74.995	1.717.446
Total	100,00	1.145.040	100,00	1.145.040	100,00	2.290.080

Adicionalmente, em 19.12.2011, a MAPFRE Brasil Participações, a BB Seguros e Brasilprev celebraram contrato de alienação de ações da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência (MNCVP). Foi estabelecido no contrato a compra de 100% das ações da MNCVP pela Brasilprev, com 49% das ações detidas pela BB Seguros e 51% de ações detidas pela participação da MAPFRE. O acordo foi finalizado em 31.07.2012, e os valores finais resultaram no pagamento de R\$ 81.809 mil e lucro antes de impostos no montante de R\$ 69.926 mil.

Em 30.11.2013, a Brasilprev incorporou a Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. (Brasilprev Nosso Futuro), atual denominação social da MNCVP, recebendo todo seu acervo líquido pelo valor de R\$ 24.277 mil. O capital social da Brasilprev não será aumentado em decorrência da incorporação, pois o valor do acervo líquido da incorporada já está representado no seu patrimônio líquido, tendo em vista ser a única acionista da Brasilprev Nosso Futuro.

Alienação da Brasilsaúde

Em maio de 2010, a BB Seguros e a Sul América Seguro Saúde S.A. (SAS Saúde) assinaram Contrato de Compra e Venda para a aquisição pela SAS Saúde da totalidade das ações detidas pela BB Seguros (49,67% do capital social total) na Brasilsaúde Companhia de Seguros. Em 08.07.2010, após aprovação pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a operação foi concluída pelo montante de R\$ 29.158 mil.

Saldos patrimoniais e resultados:

	R\$ mil
Ativo	137.807
Passivo	93.270
Patrimônio Líquido	44.537
Resultado contábil até a data da alienação	(2.247)
Patrimônio líquido ajustado da Brasilsaúde	44.537
Valor do investimento no Grupo (49,67%)	22.121
Valor recebido na venda	29.158
Resultado bruto na alienação	7.037

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA – BRASILEVÍCULOS

Em outubro de 2010, após a aprovação pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), a controlada BB Aliança REV Participações S.A. (BB Aliança REV), subsidiária integral da BB Seguros, adquiriu, pelo montante de R\$ 359.360 mil, a totalidade da participação societária detida pela Sul América Companhia Nacional de Seguros (Sul América) na Brasilveículos Companhia de Seguros (Brasilveículos), nos termos do contrato de compra e venda firmado em maio de 2010 e respectivo aditivo.

Essa aquisição representou para o Grupo uma combinação de negócios realizada em etapas. De acordo com a IFRS 3, a adquirente deve remensurar a sua participação patrimonial detida anteriormente na adquirida ao seu valor justo na data de aquisição e reconhecer no resultado o respectivo ganho ou perda.

Esses procedimentos resultaram em um ganho de R\$ 554.727 mil reconhecido em Outras Receitas Operacionais, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil
Valor justo da participação detida	815.600
Valor contábil da participação detida	(260.873)
Ganho sobre a participação detida	554.727
Impostos diferidos	(188.607)
Ganho líquido	366.120

A aquisição resultou no ágio demonstrado a seguir:

	R\$ mil
Valor pago	359.360
Valor justo da participação detida	815.600
Total	1.174.960
Ativos líquidos identificados	400.109
Goodwill	774.851

Em novembro de 2010, a BB Seguros aumentou o capital social da BB Aliança REV no montante de R\$ 260.186 mil. A forma de integralização ocorreu por meio da conferência à BB Aliança REV de 26.018.646 ações ordinárias e nominativas que representam 70% do capital social da Brasilveículos.

Assim, a BB Aliança REV passou a deter a participação de 100% do capital social total da Brasilveículos, conforme demonstrado a seguir:

	Posição Anterior à Negociação		Posição Após a Negociação	
	Ações ON	Ações PN	Ações ON	Ações PN
BB Seguros Participações S.A.	40%	100%	-	-
BB Aliança REV	-	-	100%	100%
Sul América	60%	-	-	-

Aumento de participação societária na Brasilcap Capitalização

Em janeiro de 2011, a BB Seguros firmou Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição da totalidade da participação acionária (16,67%) detida pela Sul América Capitalização S.A. (Sulacap) na Brasilcap. O negócio foi efetivado em julho de 2011 e a participação da BB Seguros passou de 49,99% para 66,66%, todavia ainda permaneceu o exercício compartilhado de controle.

Valores envolvidos no aumento de participação na Brasilcap:

	R\$ mil
Brasilcap	
Preço pago pela aquisição das ações	145.224
Valor do patrimônio líquido correspondente a 16,67%	34.475
Valor do ágio gerado pela aquisição	110.749

Parceria com a MAPFRE

Em maio de 2010, o Grupo comunicou que a BB Seguros e o Grupo Segurador MAPFRE (MAPFRE) celebraram Acordo de Parceria para a formação de aliança estratégica, nos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares e veículos, pelo prazo de 20 anos.

Com base nesse Acordo, desde junho de 2011 a BB Seguros e a MAPFRE passaram a atuar de forma integrada. Foram constituídas duas *holdings* com personalidades jurídicas de direito privado: BB Mapfre SH1 Participações S.A. (SH1), cujo ramo de atuação agrega seguros de pessoas, imobiliário e agrícola, e a Mapfre BB SH2 Participações S.A. (SH2), com foco em seguros de ramos elementares e veículos.

As sociedades apresentam a seguinte configuração societária:

	BB MAPFRE SH1 Participações S.A.			MAPFRE BB SH2 Participações S.A.		
	% do Capital Total	% ON	% PN	% do Capital Total	% ON	% PN
BB Seguros	74,99	49,99	100,0	50,00	49,00	51,00
MAPFRE	25,01	50,01	-	50,00	51,00	49,00

A integralização de capital na SH1 pela BB Seguros e MAPFRE incluiu a transferência da totalidade das ações das seguradoras Companhia de Seguros Aliança do Brasil, MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A. e Vida Seguradora S.A., bem como das *holdings* BB Aliança Participações S.A. e MAPFRE Participações Ltda. Na SH2, houve a versão dos controles nas seguradoras Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A. e MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A., além da *holding* BB Aliança Rev Participações S.A. e da MAPFRE Assistência S.A.

Com a finalidade de equalizar a participação acionária pretendida nas duas *holdings* criadas em decorrência do acordo, a BB Seguros integralizou capital no valor de R\$ 332.614 mil.

O processo de desconexão dos negócios contribuídos e o reconhecimento da nova participação a valor justo foram reconhecidos conforme normas contábeis vigentes, as quais estabelecem que ao aplicar as contribuições não monetárias em troca de uma participação patrimonial, um investidor pode reconhecer no resultado do exercício a parcela de um ganho ou perda limitado às participações patrimoniais atribuíveis aos outros investidores. Esses procedimentos resultaram em um ganho de R\$ 791.540 mil reconhecido em Outras Receitas Operacionais, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil		
	BB MAPFRE SH1	MAPFRE BB SH2	Total
Valor justo dos ativos líquidos das <i>holdings</i> constituídas	6.285.569	1.697.740	7.983.309
Valor contábil dos ativos líquidos contribuídos	(1.674.382)	(1.665.919)	(3.340.301)
Eliminação de ganhos não realizados	(3.917.351)	65.883	(3.851.468)
Ganho na formação das <i>holdings</i>	693.836	97.704	791.540
Impostos	(235.904)	(33.219)	(269.124)
Efeitos via equivalência patrimonial, líquido de impostos	62.301	(135.678)	(73.376)
Ganho líquido na formação das <i>holdings</i>	520.233	(71.193)	449.040

VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS DA SH1 E SH2

	R\$ mil		
	BB MAPFRE SH1	MAPFRE BB SH2	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.334	20.562	21.896
Aplicações em operações compromissadas	19.387	1.912	21.299
Ativos financeiros	2.514.893	1.179.188	3.694.081
Ativos não correntes disponíveis para a venda	-	44.706	44.706
Investimentos em participações societárias	698.797	861.934	1.560.731
Ativo imobilizado	4.482	59.192	63.674
Ativos intangíveis	486.767	1.091.228	1.577.995
Ativos por impostos correntes	7.301	12.942	20.243
Ativos por impostos diferidos	186.101	299.575	485.676
Outros ativos	670.372	2.191.614	2.861.986
Valor justo dos ativos	4.589.434	5.762.853	10.352.287
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	18.318	270.158	288.476
Passivos por contratos de seguro	1.966.436	1.892.218	3.858.654
Passivo por impostos correntes	15.881	6.590	22.471
Passivo por impostos diferidos	-	238	238
Outros passivos	384.366	378.276	762.642
Valor justo dos passivos	2.485.001	2.547.480	5.032.481
Valor justo dos ativos líquidos	2.204.433	3.215.373	5.419.806
Participação da BB Seguros – %	74,99%	50,00%	-
Participação da BB Seguros	1.653.104	1.607.687	3.260.791
Valor justo da participação nas <i>holdings</i>	(2.346.940)	(1.705.391)	(4.052.331)
Goodwill alocado	693.835	97.704	791.540

ATIVOS INTANGÍVEIS IDENTIFICADOS NA TRANSAÇÃO

	R\$ mil
Total	30.06.2011
Ativos intangíveis pré-aquisição	866.037
Canais de distribuição	517.241
Relacionados a carteiras de clientes	170.508
Marcas	24.209
Total	1.577.995

Os ativos intangíveis identificados são amortizados em consonância com a vida útil definida no estudo de alocação do preço pago elaborado por empresa especializada e independente, a qual representa, em média, 20 anos. De 01.01 a 31.12.2013, os valores amortizados totalizaram R\$ 18.359 mil.

Os efeitos da constituição dos ativos intangíveis identificados e suas respectivas amortizações estão contemplados de forma líquida no resultado de equivalência patrimonial das *holdings* SH1 e SH2.

Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)

Em 24.05.2013, a BB Seguros Participações S.A. e a União assinaram Contrato de Transferência de Ações com o objetivo de transferir 212.421 ações ordinárias (ONs) de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB) detidas pela União para a BB Seguros.

Ademais, na mesma data, foi celebrado Acordo de Acionistas entre BB Seguros, União, Bradesco Auto Re - Companhia de Seguros S.A., Itaú Seguros S.A., Itaú Vida e Previdência S.A. e Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona, no intuito de formar um bloco de controle para a governança do IRB por meio da regulação da relação entre os sócios, bem como da atuação e do funcionamento dos órgãos de administração da companhia. Foram vinculadas ao Acordo de Acionistas ações representando 20% do total de ONs pela BB Seguros; 15% do total de ONs pela União; 15% do total de ONs pelo Grupo Itaú Seguros; 20% do total de ONs pela Bradesco Seguros; e 3% do total de ONs pelo FIP Caixa Barcelona.

Além da celebração do Acordo de Acionistas, o processo de reestruturação societária do IRB envolveu as seguintes etapas:

- conversão das ações preferenciais do IRB em ações ordinárias (proporção 1:1);
- criação de *golden share* a ser detida pela União (com direito a veto em determinadas deliberações), e;
- aumento do capital social do IRB por seus atuais acionistas, com emissão de novas ações, renunciando a União ao seu direito de preferência.

Em 20.08.2013, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária para homologação do aumento de capital do IRB, a qual era condição precedente para o pagamento, pela BB Seguros, da aquisição das ações ordinárias.

Em 27.08.2013, a BB Seguros passou a deter 20,5% do capital do IRB por meio da transferência das ações e do pagamento efetuado à União conforme demonstrado a seguir:

VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS DO IRB – BRASIL RESSEGUROS S.A.

	R\$ mil
Total	30.09.2013
Caixa e depósitos bancários	15.541
Ativos financeiros	5.465.934
Ativo imobilizado	168.898
Intangíveis identificados	127.236
Ativos por impostos correntes	27.742
Ativos por impostos diferidos	236.626
Operações com seguros e resseguros	2.515.534
Outros ativos	4.362.013
Valor justo dos ativos	12.919.524
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	278.239
Passivos por contratos de seguro e previdência complementar	7.523.585
Passivo por impostos correntes	73.011
Passivo por impostos diferidos	54.657
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.568.776
Outros passivos	716.068
Valor justo dos passivos	10.214.336
Valor justo dos ativos líquidos	2.705.188

Participação da BB Seguros - %	20,51%
Participação da BB Seguros	554.853
Preço pela aquisição das ações (20,51%)	(547.409)
Ganho por compra vantajosa na aquisição	(7.444)

ATIVOS INTANGÍVEIS IDENTIFICADOS NA TRANSAÇÃO

	R\$ mil
Total	30.09.2013
Relacionados à carteira de clientes	119.035
Marca	8.206
Total	127.241

Os ativos intangíveis identificados são amortizados em consonância com os prazos apresentados no estudo de alocação do preço pago (PPA), os quais foram definidos com base em estudo de alocação do preço pago elaborado por empresa especializada e independente. Para o exercício de 2013, os valores amortizados totalizaram R\$ 4.261 mil.

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em 16.04.2013, e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em 16.09.2013.

Tendo em vista a essência da operação e as condições contratuais, analisamos as normas contábeis vigentes com a finalidade de identificarmos o pronunciamento contábil aplicável para essa operação. Nesse sentido, observamos que a compra das ações do IRB caracteriza-se como um investimento em coligada, dada influência significativa exercida pela BB Seguros.

BrasilDental

Em 11.06.2013, o Banco do Brasil S.A., a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) assinaram Acordo de Associação e Outras Avenças (Acordo) com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade anônima, denominada BrasilDental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (BrasilDental), desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais BB no território nacional.

A BrasilDental terá seu capital social inicial de R\$ 5 milhões, distribuído em 100 mil ações ordinárias (ON) e 100 mil ações preferenciais (PN), com a seguinte estrutura societária:

	BrasilDental Operadora de Planos Odontológicos S.A.		
	% do Capital Total	% ON	% PN
BB Seguros	74,99	49,99	100,00
Odontoprev	25,01	50,01	-

A BB Seguros e a Odontoprev responderão pela constituição do capital social inicial da BrasilDental na respectiva proporção de suas participações.

A associação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 02.08.2013 e, em 19.09.2013, o Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou a participação indireta do Banco do Brasil S.A. no capital da BrasilDental.

As próximas etapas a serem concluídas são:

- constituição da sociedade; e
- obtenção da autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para que a BrasilDental venha a operar e oferecer seus produtos no mercado brasileiro de planos odontológicos.

O Acordo vigorará por 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis referentes aos exercícios encerrados em 31.12.2013 e 31.12.2012 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria da BB Seguros em 19.02.2014.

b) Dispensa de Consolidação

Tendo em vista que o controlador imediato, BB Seguridade Participações S.A., e também o controlador final, Banco do Brasil S.A., disponibilizam ao público suas demonstrações consolidadas incluindo a BB Seguros e suas investidas, a BB Seguros optou por não apresentar demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

c) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da empresa operar normalmente e está convencida de que a BB Seguros possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Bases de mensuração dos ativos e dos passivos

Estas demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto para os seguintes itens: (i) ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, os quais foram mensurados a valor justo.

e) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação da BB Seguros. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil). A BB Seguros não realizou operações em moeda estrangeira.

Banco do Brasil S.A.

SBS Quadra 01, Bl A, Lt 31 - Edifício Sede I - 15º andar - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09

Exercício encerrado em 31.12.2013

tiver a intenção e habilidade de manter o ativo financeiro por um prazo futuro ou até o seu vencimento.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os seus rendimentos (juros e dividendos) são apropriados como receita de juros. Os custos de transação, quando incorridos, são reconhecidos imediatamente na Demonstração do Resultado do Exercício.

Ganhos e perdas realizados e não realizados em função das variações de valor justo desses instrumentos são incluídos em ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros registrados nessa categoria referem-se a títulos e valores mantidos com o propósito de negociação.

c.2) Ativos financeiros disponíveis para venda – A BB Seguros classifica como ativos financeiros disponíveis para venda os títulos e valores mobiliários quando, no julgamento da Administração, puderem ser vendidos em resposta ou em antecipação a mudanças nas condições de mercado ou não sejam classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Esses títulos e valores mobiliários são inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos diretos e incrementais de transação. A mensuração subsequente desses instrumentos também é registrada ao valor justo.

Os ganhos ou perdas não realizados (líquidos dos tributos incidentes) são registrados em componente separado do patrimônio líquido (outros resultados abrangentes acumulados) até a sua alienação. Os rendimentos (juros e dividendos) desses ativos são apropriados como receita de juros. Os ganhos e perdas realizados da alienação de ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados como ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda, na data da alienação.

Ocorrendo reclassificação de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria negociação, os ganhos ou perdas não realizados até a data da reclassificação, que se encontram registrados em Outros resultados abrangentes acumulados, são transferidos imediatamente para o resultado do período.

Os ativos financeiros disponíveis para a venda são avaliados para fins de determinação de seus valores recuperáveis conforme discutido na seção "Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros – Imparidade". As perdas por redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na Demonstração do Resultado, em Ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda, e baixadas dos valores registrados em Outros resultados abrangentes acumulados.

c.3) Ativos financeiros mantidos até o vencimento – Os ativos financeiros para os quais a BB Seguros tem a firme intenção e capacidade financeira comprovada para mantê-los até o vencimento são classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento e são inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos incrementais de transação. Esses instrumentos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Os juros, incluindo os ágios e deságios, são contabilizados em Receita de juros de ativos financeiros mantidos até o vencimento. Em conformidade com o CPC 38, a BB Seguros não classifica nenhum ativo financeiro como mantido até o vencimento se tiver, durante o exercício social corrente ou durante os dois exercícios sociais precedentes, vendido ou reclassificado mais do que uma quantia insignificante de investimentos mantidos até o vencimento antes do vencimento, que não seja por vendas ou reclassificações que: (i) estejam tão próximos do vencimento ou da data de compra do ativo financeiro que as alterações na taxa de juros do mercado não teriam efeito significativo no valor justo do ativo financeiro; (ii) ocorram depois que a BB Seguros tiver substancialmente recebido todo o capital original do ativo financeiro por meio de pagamentos programados ou de pagamentos antecipados; ou (iii) sejam atribuíveis a um acontecimento isolado que esteja fora do controle da entidade, não seja recorrente e não tenha podido ser razoavelmente previsto pela entidade.

Sempre que as vendas ou reclassificações de mais de uma quantia insignificante de investimentos mantidos até o vencimento não satisfizerem nenhuma das condições mencionadas anteriormente, qualquer investimento mantido até o vencimento remanescente deve ser reclassificado como disponível para venda.

c.4) Determinação do valor justo – Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação.

Nas situações em que não existe um preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, a BB Seguros estima o seu valor justo com base em métodos de avaliação comumente utilizados nos mercados financeiros, adequados às características específicas do instrumento e que capturam os diversos riscos aos quais está exposto. Métodos de valorização incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais exista um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valorização conhecidos.

Os referidos modelos são ajustados para capturar a variação dos preços de compra e venda, o custo de liquidação da posição, para servir como contrapartida das variações de crédito e de liquidez e, principalmente, para suprir as limitações técnicas inerentes aos modelos.

Os modelos internos de precificação podem envolver algum nível de estimativa e julgamento da Administração cuja intensidade dependerá, entre outros fatores, da complexidade do instrumento financeiro.

c.5) Passivos financeiros – Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazos que são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mantidos para negociação e aqueles designados pela Administração como ao valor justo por meio do resultado são registrados no Balanço Patrimonial ao valor justo.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado do exercício.

d) Baixa de ativos financeiros e de passivos financeiros

d.1) Ativos financeiros – Um ativo financeiro é baixado quando (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; (ii) a Empresa transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação; ou (iii) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo a BB Seguros tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, a BB Seguros continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

d.2) Passivos financeiros – Um passivo financeiro é baixado quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

e) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, é avaliado se há alguma evidência objetiva de redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros. Um ativo financeiro é considerado como apresentando problemas de recuperabilidade e as perdas por redução no valor recuperável são incorridas se, cumulativamente: (i) houver evidência objetiva de redução do seu valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do ativo; (ii) o evento de perda tiver um impacto sobre o fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro; e (iii) uma estimativa razoável do valor puder ser realizada. As perdas esperadas como resultado de eventos futuros, independentemente de sua probabilidade, não são reconhecidas.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o valor de uma perda por redução no valor recuperável sobre um ativo financeiro podem estar limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais. Nesses casos, a BB Seguros usa seu julgamento para estimar o valor de qualquer perda por redução no valor recuperável. O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da preparação das demonstrações financeiras e não prejudica sua confiabilidade.

Os ativos financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir.

e.1) Ativos financeiros disponíveis para venda – Para ativos financeiros disponíveis para venda, a BB Seguros avalia se, a cada data de reporte, há evidência objetiva de que o valor do ativo está abaixo do seu valor recuperável.

Para estabelecer se há evidência objetiva de imparidade de um ativo financeiro, verifica-se a probabilidade de recuperação do seu valor, considerando os seguintes fatores cumulativamente: (i) duração e grandeza da redução do valor do ativo em relação ao seu valor contábil; (ii) comportamento histórico do valor do ativo e experiência de recuperação do valor desses ativos; e (iii) probabilidade de não recebimento do principal e dos juros dos ativos, em virtude de dificuldades relacionadas ao emissor, tais como pedido de falência ou concordata, deterioração da classificação do risco de crédito e dificuldades financeiras, relacionadas ou não às condições de mercado do setor no qual atua o emissor.

Quando um declínio no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda tiver sido reconhecido em Outros resultados abrangentes e houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável, a perda acumulada que tiver sido reconhecida pela BB Seguros será reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do exercício como um ajuste de reclassificação, mesmo se o ativo financeiro não tiver sido baixado.

O valor da perda acumulada reclassificada para o resultado do exercício será registrada em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo desvalorizado e o seu valor justo na data da avaliação, menos qualquer perda por redução no valor recuperável anteriormente reconhecida no resultado.

As reversões de perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos classificados como disponíveis para venda somente são reconhecidas no patrimônio líquido quando se tratarem de investimentos em instrumentos de patrimônio. No caso de investimentos em instrumentos de dívida, a reversão da perda por redução no valor recuperável será reconhecida diretamente no resultado do exercício.

e.2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento – Havendo evidência objetiva de redução no valor recuperável de ativos financeiros mantidos até o vencimento, se reconhece uma perda, cujo valor corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Esses ativos são apresentados líquidos de perdas por imparidade. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminui e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o seu reconhecimento, ela é revertida em contrapartida ao resultado do exercício.

f) Mudança de participação societária em subsidiárias

As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Nessas circunstâncias, os valores contábeis das participações controladoras e não-controladoras serão ajustados para refletir as mudanças em suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações não-controladoras e o valor justo da contrapartida paga ou recebida será reconhecida diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da controladora.

g) Perda de controle

Em conformidade com o CPC 36, caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, a BB Seguros deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido: (i) os ativos, inclusive o ágio, e os passivos da subsidiária pelo seu valor contábil; e (ii) o valor contábil de quaisquer participações não-controladoras na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, a BB Seguros reconhece na data da perda do controle: (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle; (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações; (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.

h) Contribuições não monetárias a entidades controladas em conjunto

Em conformidade com o CPC 18, quando a BB Seguros contribui com ativos não-monetários em troca de uma participação societária em uma entidade controlada em conjunto, o ganho ou a perda na transação é reconhecido na medida em que os ativos forem vendidos para os outros empreendedores. Nenhum ganho ou perda é reconhecido se (i) os riscos e benefícios significativos da propriedade dos ativos não foram transferidos, (ii) o ganho ou a perda não possa ser mensurado de forma confiável, ou (iii) a transação não tenha substância comercial.

i) Ágio e outros ativos intangíveis

O ágio gerado em aquisição é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com o CPC 04, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, seu valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados serão transferidos para a BB Seguros. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos independentemente são inicialmente mensurados ao custo.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida econômica. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados numa base linear ao longo da vida útil estimada. O período e método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo anualmente. Alterações na vida útil esperada ou proporção de uso esperado dos benefícios futuros incorporados ao ativo são reconhecidas via alteração do período ou método de amortização, quando apropriado, e tratados como alterações em estimativas contábeis.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do exercício, em Amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (Outras despesas) na Demonstração do Resultado.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, avalia-se, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução no valor recuperável, é efetuado, anualmente, o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso. Esse teste pode ser realizado em qualquer época durante um período anual, desde que seja realizado na mesma época a cada ano.

Na hipótese de o valor recuperável do ativo ser menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio do registro de uma perda por imparidade, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas.

Avalia-se ainda, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo será reconhecida imediatamente no resultado do exercício, como retificadora do saldo de Outras despesas.

k) Investimentos em participações societárias

A aplicação do método de equivalência patrimonial pressupõe que o investimento seja mensurado inicialmente ao custo e posteriormente ajustado

pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, deve constar no resultado do período do investidor a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida. As investidas operacionais da BB Seguros seguem as orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os ajustes de diferenças de GAAP consistem na amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida e a reversão da provisão complementar de prêmios (PCP).

l) Impostos sobre os lucros

l.1) Impostos correntes – a despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social a pagar ou a recuperar com relação ao resultado tributável.

Os ativos por impostos correntes são os valores de imposto de renda e de contribuição social a serem recuperados nos próximos 12 meses e os ativos por impostos diferidos são os valores a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Os tributos correntes relativos a períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, serem reconhecidos como passivos. Se o valor já pago relacionado aos períodos atual e anteriores exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso deve ser reconhecido como ativo.

Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor na data do balanço, reconhecidos no ativo/passivo não circulante.

l.2) Impostos diferidos – são valores de ativos e passivos fiscais a serem recuperados e pagos em períodos futuros, respectivamente. Os passivos fiscais diferidos decorrem de diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias dedutíveis e da compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo será revisado no final de cada período de relatório. Uma entidade reduzirá o valor contábil de um imposto diferido ativo na medida em que não seja mais provável que ela irá obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução será revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Os ativos e os passivos tributários diferidos são mensurados às taxas de imposto que são esperados serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (ou na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

l.3) Diferenças temporárias – são as diferenças que impactam ou podem impactar a apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial.

As diferenças temporárias podem ser tributáveis ou dedutíveis. Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de um ativo ou passivo for recuperado ou liquidado. Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias que resultarão em valores dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

A base fiscal de um ativo é o valor que será dedutível para fins fiscais contra quaisquer benefícios econômicos tributáveis que fluirão para a entidade quando ela recuperar o valor contábil desse ativo. Caso aqueles benefícios econômicos não sejam tributáveis, a base fiscal do ativo será igual ao seu valor contábil.

A base fiscal de um passivo é o seu valor contábil, menos qualquer valor que será dedutível para fins fiscais relacionado àquele passivo em períodos futuros. No caso da receita que é recebida antecipadamente, a base fiscal do passivo resultante é o seu valor contábil, menos qualquer valor da receita que não será tributável em períodos futuros.

l.4) Compensação de impostos sobre os lucros - Os ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes são compensados se, e somente se, a entidade: (i) tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e (ii) pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos são compensados se, e somente se: (i) a empresa tiver um direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes; e (ii) os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (a) na mesma entidade tributável; ou (b) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

m) Juros sobre o capital próprio e dividendos

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e, quando aplicável, apresentado nessas demonstrações contábeis como uma redução direta no patrimônio líquido. Os dividendos distribuídos são calculados sobre o lucro líquido ajustado do período.

n) Gerenciamento de Riscos

Os instrumentos financeiros da BB Seguros encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelos saldos de aplicações financeiras, dividendos a receber, impostos a compensar, contas a pagar, encargos a recolher e dividendos a pagar.

A BB Seguros apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito, Risco de mercado, Risco de liquidez e Risco operacional.

Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da BB Seguros caso um cliente ou contra-parte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Empresa representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. A exposição máxima que a BB Seguros está sujeita para esse risco está representada pelos respectivos saldos consignados nas demonstrações contábeis.

Risco de mercado: é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, que estão principalmente relacionadas a atualização de passivos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de liquidez: representa o risco de a BB Seguros encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Os principais passivos financeiros estão representados pelas obrigações decorrentes das contas a pagar, encargos e tributos a recolher, dividendos a pagar e outras obrigações. A BB Seguros garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infra-estrutura da empresa e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de crédito, de mercado e de liquidez, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias. O objetivo da BB Seguros é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação.

o) Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na análise de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisadas mensalmente de forma individualizada, assim considerados os processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a análise de assessores jurídicos, considerando o valor indenizatório pretendido.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

p) Sazonalidade das operações

A BB Seguros, suas empresas controladas e controladas em conjunto consideram a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração as atividades exercidas pela BB Seguros. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nestas notas explicativas às demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31.12.2013.

5 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis apresentem, de forma adequada, a posição financeira da BB Seguros e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas, quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda – Imparidade

Considera-se que existe perda por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando ocorre um declínio de valor significativo ou prolongado no seu valor justo para um valor inferior ao do custo. Essa determinação do que seja significativo ou prolongado requer julgamento no qual se avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Além disso, o reconhecimento da perda por imparidade pode ser efetuado quando há evidência de impacto negativo na saúde financeira da empresa investida, no desempenho do setor econômico, bem como mudanças na tecnologia e nos fluxos de caixa de financiamento e operacional.

Adicionalmente, as avaliações são elaboradas considerando preços de mercado (*mark to market*) ou modelos de avaliação (*mark to model*), os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamentos no estabelecimento de estimativas de valor justo.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, avalia-se, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, são utilizadas estimativas para definição do valor recuperável do ativo.

Ao final de cada período de reporte, é avaliado se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado.

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, é efetuado anualmente o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de imparidade de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos subjetivos e adote premissas.

d) Impostos sobre os lucros

Como o objetivo social da BB Seguros é obter lucros, a renda gerada está sujeita ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde desenvolve atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pela BB Seguros no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pela BB Seguros, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nas demonstrações contábeis.

e) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando a BB Seguros possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário da BB Seguros é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pela BB Seguros para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pela BB Seguros que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como (i) mudanças na regulamentação governamental afetas a questões fiscais; (ii) alterações nas taxas de juros; (iii) mudanças nos índices de inflação; (iv) processos ou disputas judiciais adversas; (v) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de investimento; (vi) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

f) Provisões e Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

6 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Disponibilidades		
Depósitos bancários	6	1
Aplicações de liquidez imediata ⁽¹⁾	565.620	697.899
Total	565.621	697.900

(1) Aplicação em operações compromissadas lastreadas por LFT, junto ao Banco do Brasil S.A., com taxa de remuneração indexada a 99% do CDI.

Banco do Brasil S.A.

SBS Quadra 01, Bl A, Lt 31 - Edifício Sede I - 15º andar - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09

Exercício encerrado em 31.12.2013

7 - Outros Ativos

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Dividendos ⁽¹⁾	35.408	119.998
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽²⁾	85	85
Total	35.493	120.083

(1) Em 2013 referem-se aos dividendos a receber da Brasilcap Capitalização S.A. (R\$ 22.035 mil), Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (R\$ 11.269 mil), IRB Brasil Resseguros S.A. (R\$ 2.054 mil) e BB Capitalização S.A. (R\$ 50 mil). Em 2012 referem-se aos dividendos a receber da BB Mapfre SH1 Participações S.A.

(2) Referem-se aos direitos creditórios relativos ao Convênio DPVAT a receber da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. em decorrência da alienação da Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.

8 - Participações Societárias

a) Movimentações em controladas e coligadas

	R\$ mil					
	Saldo Contábil	Movimentações – Exercício 2013			Saldo Contábil	
	31.12.2012	Dividendos/JCP	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros Eventos	Resultado de Equivalência	31.12.2013
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽¹⁾	2.674.815	(958.373)	(14.140)	2.856	741.199	2.446.357
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽²⁾	1.679.323	-	(5.139)	-	194.601	1.868.785
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	799.019	(180.512)	31	-	443.981	1.062.519
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	(57.153)	(2.509)	554.853	57.769	552.960
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽³⁾	232.386	(65.362)	-	-	123.405	290.429
BB Capitalização S.A.	5.521	(50)	-	-	39	5.510
Total das Participações	5.391.064	(1.261.450)	(21.757)	557.709	1.560.994	6.226.560

(1) Inclui no valor contábil do investimento em 31.12.2013 o saldo de R\$ 693.836 mil relativo ao ágio oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.

(2) Inclui no valor contábil do investimento em 31.12.2013 o saldo de R\$ 97.704 mil relativo ao ágio oriundo do acordo de parceria com a Mapfre.

(3) Inclui no valor contábil do investimento em 31.12.2013 o saldo de R\$ 110.749 mil relativo ao ágio na aquisição de participação societária da empresa Sulacap pela BB Seguros, ocorrida em 22/07/2011.

b) Informações financeiras resumidas das investidas, não ajustadas pelo percentual de participação da BB Seguros (31.12.2013)

Empresas	Ativo Total	Passivo Total	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Receitas	Resultado do Período	R\$ mil
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	2.305.838	1.297.864	2.050.198	2.295.468	1.021.687	1.007.974	
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	2.684.953	2.291.228	1.968.380	2.684.905	385.123	393.726	
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	85.459.970	83.995.456	602.955	1.464.514	26.997.170	582.497	
Brasilcap Capitalização S.A.	10.433.592	10.164.045	79.054	269.547	6.971.797	132.210	
IRB Brasil Resseguros S.A.	12.154.656	9.486.443	1.453.080	2.668.213	4.079.067	348.704	
BB Capitalização S.A.	5.585	77	5.400	5.510	425	54	
Total	113.044.594	107.235.113	6.159.067	9.388.157	39.465.269	2.465.165	

c) Descrição do contexto operacional das investidas (31.12.2013)

Segmento/Ramo de atuação	Descrição	% de participação	
		31.12.2013	
		Total	ON
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Holdings de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	74,99	49,99
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Holdings de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola.	50,00	49,00
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	74,99	49,99
Brasilcap Capitalização S.A.	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	66,66	49,99
IRB Brasil Resseguros S.A.	Atuação no segmento de resseguros no país e no exterior.	20,51	20,51
BB Capitalização S.A.	Emissão e comercialização de planos de capitalização na forma da legislação vigente.	100,00	100,00

9 – DIVIDENDOS A PAGAR

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Dividendos a pagar ⁽¹⁾	577.175	337.596

(1) Dividendos a pagar à BB Seguridade Participações S.A.

10 – Outros Passivos

a) Outros passivos

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Valores a pagar a sociedades ligadas	239	732
Provisão para passivos contingentes	752	--
Diversos	2.856	2.856
Total	3.847	3.588

b) Provisão para passivos contingentes

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Demandas Cíveis		
Saldo inicial	--	--
Constituição ⁽¹⁾	848	--
Reversão de provisão	(65)	--
Baixa por pagamento	(31)	--
Saldo final	752	--

(1) Litígios quanto ao pagamento de sinistros e aplicabilidade do código de defesa do consumidor.

c) Passivos contingentes possíveis

Os saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis são os seguintes:

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Demandas cíveis ⁽¹⁾	534	--
Total	534	--

(1) Litígios quanto ao pagamento de sinistros e aplicabilidade do código de defesa do consumidor.

11 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

a) Despesas de Pessoal

	R\$ mil	
	Exerc/2013	Exerc/2012
Proventos	(2.533)	(3.753)
Encargos Sociais	(1.500)	(1.758)
Honorários do Conselho Fiscal	(177)	(170)
Benefícios	(127)	(149)
Total	(4.337)	(5.830)

b) Outras Despesas Administrativas

	R\$ mil	
	Exerc/2013	Exerc/2012
Comunicações	(245)	(523)
Serviços de Terceiros	(382)	(301)
Publicações	(299)	(96)
Contribuição Sindical Patronal	(77)	(71)
Taxa Condominial	--	(1)
Outras	(114)	(50)
Total	(1.117)	(1.042)

c) Outras Receitas/(Despesas) Operacionais

	R\$ mil	
	Exerc/2013	Exerc/2012
Deságio sobre investimento - IRB	7.444	--
Lucro na alienação de participações societárias ⁽¹⁾	--	69.926
Ganhos de capital	--	86
Outras despesas	(757)	--
Total	6.687	70.012

(1) Refere-se ao lucro decorrente da alienação da Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S.A. à Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

12 – RESULTADO Financeiro

	R\$ mil	
	Exerc/2013	Exerc/2012
Receitas Financeiras	48.152	36.818
Rendas de aplicações de liquidez imediata	45.136	36.746
Variações monetárias ativas	3.016	64
Atualização monetária dos dividendos a receber	--	864.473
Despesas Financeiras	(13.582)	(11.037)
Varição monetária passiva	(13.582)	(11.037)
Resultado Financeiro	34.570	25.781

13 - Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital Social, no montante de R\$ 3.103.201 mil (R\$ 3.103.201 mil em 31.12.2012) está dividido em 278.862.835 ações ordinárias (278.862.835 em 31.12.2012), representadas na forma escritural e sem valor nominal.

O Patrimônio Líquido de R\$ 5.982.188 mil (R\$ 5.603.329 mil em 31.12.2012) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 21,45 por ação (R\$ 20,09 por ação em 31.12.2012).

b) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Reservas de Lucros	2.894.056	2.493.435
Reserva Legal	192.452	113.562
Reserva Estatutária	2.701.604	2.379.873

A Reserva Legal foi constituída respeitando o limite de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, limitada a 20% do capital social, conforme determina a Lei n.º 6.404/1976.

A Reserva Estatutária tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, podendo ser constituída por até 100% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do capital social.

c) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo negativo registrado na conta de outros resultados abrangentes acumulados no montante de R\$15.069 mil (R\$ 6.693 mil positivo em 31.12.2012) refere-se à marcação a mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda e aos outros resultados abrangentes das investidas Brasilprev Seguros e Previdência S.A., BB Mapfre SH1 Participações S.A., Mapfre BB SH2 Participações S.A. e IRB Brasil Resseguros S.A.

d) Dividendos e destinação do lucro líquido

	R\$ mil	
	Exerc/2013	Exerc/2012
Lucro Líquido	1.577.796	953.010
(+/-) Ajustes de diferença de GAAP	--	7.434
(-) Reserva legal constituída no exercício	(78.890)	(48.023)
Lucro Básico para determinação dos Dividendos	1.498.906	912.422
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	374.727	228.106
Dividendo adicional proposto	202.448	109.490
Total destinado ao acionista	577.175	337.596
Reserva Estatutária constituída no exercício ⁽¹⁾	921.731	1.541.686

(1) Inclui, no exercício de 2012, os valores referentes aos ganhos gerados em decorrência da aplicação do CPC 19 na avaliação da parceria com a Mapfre e da aplicação do CPC 15 na aquisição da Brasilveículos, registrados em lucros ou prejuízos não apropriados no exercício de 2011.

No 1º semestre de 2013 foram destinados à BB Seguridade Participações S.A. o montante de R\$ 600.000 mil a título de dividendos, oriundos da Reserva Estatutária.

14 – Tributos

a) Ativos por impostos correntes e diferidos

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Ativos por impostos correntes ⁽¹⁾	12.116	2.994
Ativos por impostos diferidos	3.052	3.052
Total	15.168	6.046

(1) Referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido a compensar.

b) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	R\$ mil			
	31.12.2012 Saldo	Constituição	Exercício 2013 Baixa	31.12.2013 Saldo
Diferenças Temporárias	3.052	--	--	3.052
Outras provisões	3.052	--	--	3.052
Total dos Créditos Tributários Ativos	3.052	--	--	3.052
Imposto de Renda	3.052	--	--	3.052

Expectativa de realização

Os valores indicados abaixo, quanto à expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários), respaldam-se em estudo técnico elaborado no exercício de 2013, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação para o período de apuração.

	R\$ mil	
	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2022	1.526	1.051
Em 2023	1.526	1.016
Total	3.052	2.067

c) Passivos por impostos correntes e diferidos

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Passivos por impostos correntes	5.655	3.781
Passivos por impostos diferidos ⁽¹⁾	273.977	269.654
Total	279.632	273.435

(1) Corresponde, principalmente, ao passivo fiscal diferido decorrente de deságio sobre o investimento no IRB realizado em 2013 (R\$ 2.531 mil) e da parceria com a Mapfre registrada em 2012 (R\$ 262.882 mil).

d) Passivo Fiscal Diferido

	R\$ mil	
	Exerc/2013	Exerc/2012
Imposto de Renda	266.474	263.943
Contribuição Social	7.503	5.711
Total	273.977	269.654

e) Demonstração da despesa de IR e CSSL

	R\$ mil	
	Exerc/2013	Exerc/2012
Valores Correntes	(13.136)	(27.346)
IR e CSSL no país	(13.136)	(27.346)
Valores diferidos	(4.323)	(1.283)
Passivo fiscal diferido	(4.323)	2.898
Ativo fiscal diferido	--	(4.181)
Amortização de ágio	--	(4.181)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(17.459)	(28.629)

f) Conciliação dos encargos de IR e CSSL

	R\$ mil	
	Exerc/2013	Exerc/2012
Resultados antes dos tributos e participações	1.595.255	981.639
Encargo total do Imposto de Renda (25%) e da Contribuição Social (9%)	(542.387)	(333.757)
Resultado da participação em controladas e coligadas	530.738	303.532
Outros valores	(5.810)	1.596
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(17.459)	(28.629)
Alíquota efetiva	1,09%	2,98%

g) Despesas tributárias

	R\$ mil	
	Exerc/2013	Exerc/2012
Cofins	(1.247)	(7)
PIS/Pasep	(271)	(2)
Outros	(24)	(15)
Total	(1.542)	(24)

15 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com as remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos ao Conselho Fiscal da BB Seguros foram de R\$ 177 mil (R\$ 170 mil no exercício/2012).

As transações bancárias no exercício de 2013 foram realizadas com o Banco do Brasil S.A., tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações financeiras, bem como celebrou convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações com partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

A BB Seguros não concede empréstimos a seus Diretores e aos membros do Conselho Fiscal.

Banco do Brasil S.A.

SBS Quadra 01, Bl A, Lt 31 - Edifício Sede I - 15º andar - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09

Exercício encerrado em 31.12.2013

16 - Remuneração Paga a Empregados e Administradores

Em 11.04.2011, foi assinado convênio de cessão de funcionários do Banco do Brasil S.A. à BB Seguros, para o exercício de funções de níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus. O Banco do Brasil S.A. continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela BB Seguros de todos os custos correntes.

17 - Outras Informações

a) Imparidade

No exercício de 2013, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de desvalorização que justificasse o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01.

A BB Seguros realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2013 para o ágio registrado de: R\$ 110.749 mil, relativo à aquisição da totalidade das ações de propriedade da Sulacap na Brasilcap. Além do ágio, foram avaliados os investimentos em participações Societárias constantes de suas demonstrações financeiras. Tais empresas foram consideradas como unidades geradoras de caixa, e segmentos operacionais que divulgam informações. Considerou-se entre outros fatores, a relação entre o resultado do fluxo de caixa descontado e seu valor contábil.

Para a apuração do valor justo das empresas Brasilprev, Brasilcap e Grupo Segurador BB Mapfre foi utilizado o conceito de VP – Valor Presente, aplicando-se a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FDC). Tendo em vista que as empresas não possuem endividamento financeiro e geram valor, tanto pelo resultado de suas operações, quanto pela aplicação do caixa gerado pelas reservas técnicas legais, na avaliação foi adotada a abordagem do Fluxo de Caixa Livre do Acionista (FCLA), descontado ao custo do capital próprio de cada empresa. Nas projeções do FCLA foram consideradas as exigências de capital mínimo/margem de solvência definidos pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão regulador das empresas de seguros, previdência e capitalização que atuam no mercado brasileiro.

Grupo Segurador BB Mapfre

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa foi superior ao saldo contábil do ágio em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e, portanto, não houve necessidade de registro de perda por imparidade de ativos.

Brasilprev

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa foi superior ao saldo contábil do investimento registrado na BB Seguros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e, portanto, não houve necessidade de registro de perda por imparidade de ativos.

Brasilcap

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa foi superior ao saldo contábil do ágio em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e, portanto, não houve necessidade de registro de perda por imparidade de ativos.

Principais premissas utilizadas nos testes de imparidade:

- Receitas e Custos: foi utilizada base histórica e expectativas de crescimento do mercado e segmento onde atuam, e de seu desempenho nesse mercado;
- Financeiro: projeção da rentabilidade média de 120% do CDI, condizente com o rendimento histórico apresentado pelas empresas;
- Capital Mínimo Requerido: para as empresas de seguros o órgão regulador determina exigências de Capital Mínimo. Os parâmetros utilizados no cálculo do CMR estimado para toda a projeção estão em conformidade com o estabelecido nas Resoluções do Conselho Nacional Seguros Privados vigentes na data da avaliação;
- Pay Out: foi considerada distribuição teórica de 100% do lucro líquido ajustado, após a constituição de reservas e provisões/retenções legais. Foram mantidas em todo o período as exigências de capital mínimo/ margem de solvência regulamentares;
- Imposto de Renda e Contribuição Social: consideradas as alíquotas efetivas de 25% para IR e 9% para CS, conforme previsto na legislação vigente;
- Perpetuidade: foi considerada a taxa de crescimento nominal de caixa (g) de 3,2% a.a., correspondente à expectativa de inflação futura de longo prazo. Essa premissa considera que no longo prazo não haverá incremento real nas receitas em razão da consolidação/estabilidade do mercado brasileiro de seguros;
- Taxa de Desconto: para a determinação da taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa projetados, utilizou-se a metodologia para apuração do custo do capital próprio, uma vez que o fluxo utilizado foi o Fluxo de Caixa Livre do Acionista. O custo do capital próprio foi apurado pelo modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model), que considera o custo de capital correspondente à taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos,
- Beta: Foi definido o beta de 1,043 a ser utilizado no cálculo do custo do capital próprio, correspondente ao beta do Banco do Brasil, acionista controlador, considerando um período de regressão de 60 meses, periodicidade diária, constante da base de dados da Bloomberg. Na adoção do beta do controlador como parâmetro levou-se em consideração a influência direta nas decisões administrativas do controle acionário, além da dependência das empresas avaliadas na colocação de produtos por meio da utilização dos canais de distribuição disponibilizados pelo BB.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir:

- Premissas de taxa de crescimento: o cenário macroeconômico futuro e a alta volatilidade do mercado podem causar um impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento;
- Margem de contribuição: uma redução na margem de contribuição, principalmente pelo descolamento da sinistralidade dos produtos projetados, resultaria em prejuízo para aquela operação.

Visando estabelecer um intervalo de confiança para o valor base apurado na avaliação, foi construída uma matriz de possíveis valores para as empresas a partir de alterações nas taxas de desconto e crescimento do fluxo na perpetuidade. Foram consideradas variações de 0,5 (meio) ponto percentual para mais e para menos.

Individualmente, para as empresas BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev e Brasilcap, foram realizadas simulações considerando variações nos seguintes indicadores, tendo por base o desvio padrão da média de cada um deles nos dois últimos anos.

Empresa	Indicador	Intervalo
BB Mapfre SH1	Sinistralidade	± 3 pontos percentuais
Mapfre BB SH2	Sinistralidade	± 2 pontos percentuais
Brasilprev	Rendas e Contribuições PGBL e VGBL	± 5%
Brasilcap	% resgates	± 10 pontos percentuais

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Acionistas e Diretores da
BB Seguros Participações S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da BB Seguros Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

DIRETORIA

PRESIDENTE

Marcelo Augusto Dutra Labuto

VICE- PRESIDENTE

Leonardo Giuberti Mattedi

DIRETOR

Ângela Beatriz de Assis

CONSELHO FISCAL

Adriano Meira Ricci

Expedito Afonso Veloso

Pricilla Maria Santana

IRB

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa foi superior ao saldo contábil do ágio em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e, portanto, não houve necessidade de registro de perda por imparidade de ativos. Para a apuração do valor justo do IRB foi utilizado o conceito de VP – Valor Presente, aplicando-se a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD). Tendo em vista que a empresa também não possui endividamento financeiro e gera valor, tanto pelo resultado de suas operações, quanto pela aplicação do caixa gerado pelas reservas técnicas legais, na avaliação foi adotada a abordagem do Fluxo de Caixa Livre do Acionista (FCLA), descontado ao custo do capital próprio da empresa. Nas projeções do FCLA foram consideradas as exigências de capital mínimo/margem de solvência definidos pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão regulador das empresas de seguros e resseguros que atuam no mercado brasileiro.

Adicionalmente, para efeito de apuração da razoabilidade dos valores encontrados por meio do FCD, foi apurado intervalo de valores para a empresa utilizando o método da Avaliação Relativa (Múltiplos). Foram consideradas comparáveis empresas com Retorno sobre Ativos (ROA) da mesma ordem de grandeza da empresa avaliada, que atuam no mercado de seguros/resseguros (América Latina, Canadá, EUA e Europa).

Principais premissas utilizadas no teste de imparidade do IRB:

- Receitas: considerou-se market share de 35,5%, correspondente à média dos três anos anteriores a avaliação. Foi mantido durante a projeção o índice de penetração média do setor de resseguros em relação ao PIB;
- Despesas: foi utilizada média histórica verificada nos três últimos exercícios;
- Receitas Financeiras: foram adotados os seguintes parâmetros de remuneração: i) moeda nacional remunerada a 100% da TMS e; ii) moeda estrangeira foi mantida a remuneração de variação cambial + 0,22% a.a, conforme indicado nas DFs utilizadas na análise;
- Despesas Financeiras: i) administração dos fundos de investimentos: 1,31% a.a. sobre o saldo das aplicações nesses fundos, ii) operações de seguros: percentual equivalente a 50% da TMS e, iii) outras despesas financeiras: 0,29% dos prêmios líquidos emitidos (média dos últimos 3 anos);
- Capital Mínimo Requerido: para as empresas de resseguros o órgão regulador igualmente determina exigências de Capital Mínimo. Os parâmetros utilizados no cálculo do CMR estimado para toda a projeção estão em conformidade com o estabelecido nas Resoluções do Conselho Nacional Seguros Privados vigentes na data da avaliação;
- Pay Out: foi considerada distribuição teórica de 100% do lucro líquido ajustado, após a constituição de reservas e provisões/retenções legais. Foram mantidas em todo o período as exigências de capital mínimo/ margem de solvência regulamentares;
- Imposto de Renda e Contribuição Social: consideradas as alíquotas médias apresentadas durante os 3 (três) exercícios anteriores à avaliação;
- Perpetuidade: foi considerada a taxa de crescimento nominal dos fluxos de caixa (g) de 3% a.a., correspondente à expectativa de inflação futura de longo prazo. Essa premissa considera que no longo prazo não haverá incremento real nas receitas em razão da consolidação/estabilidade do mercado brasileiro de seguros/resseguros;
- Taxa de Desconto: para a determinação da taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa projetados, utilizou-se a metodologia para apuração do custo do capital próprio, uma vez que o fluxo utilizado foi o Fluxo de Caixa Livre do Acionista. O custo do capital próprio foi apurado pelo modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model), que considera o custo de capital correspondente à taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos;
- Beta: para definição do beta a ser utilizado no cálculo do custo do capital próprio, foi obtida a média dos betas desalavancados das empresas de resseguros (reinsurance) dos mercados global e americano, disponível na base de dados do Professor Aswath Damodaran.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir:

- Premissas de taxa de crescimento: o cenário macroeconômico futuro e a alta volatilidade do mercado podem causar um impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento;
- Sinistralidade: descolamento do índice de sinistralidade projetado resultaria em menor margem, ou até mesmo, em prejuízo para determinada operação.

Visando estabelecer um intervalo de confiança para o valor base apurado na avaliação, foi construída uma matriz de possíveis valores para as empresas a partir de alterações nas taxas de desconto e crescimento do fluxo na perpetuidade. Foram consideradas variações de 0,5 (meio) ponto percentual para mais e para menos.

Dada a relevância do impacto de variações na sinistralidade, foram realizadas simulações considerando a possibilidade de o referido indicador apresentar variação de 5%, equivalente a 3 (três) pontos percentuais para mais e para menos, mantidos os mesmos parâmetros de variação nas taxas de desconto e crescimento na perpetuidade.

Com base na aplicação da avaliação relativa, que utilizou como múltiplo Preço/Lucro (P/L) como referencial e considerou como base a média dos múltiplos e os limites superior e inferior obtidos, respectivamente, pela adição e subtração de um desvio padrão, o valor do IRB ficou entre 16% abaixo e 48% acima daquele encontrado por meio do FCD.

b) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Leis n.º 11.941/2009 e n.º 12.865/2013

Em novembro de 2013, as empresas Mapfre Vida, subsidiária integral da BB Mapfre SH1, e Mapfre Seguros Gerais, subsidiária integral da Mapfre BB SH2, aderiram ao Programa de recuperação Fiscal ("REFIS"), de acordo com a Lei nº 12.865 de 9 de outubro de 2013.

O total líquido positivo no resultado da BB Seguros decorrente da reversão das provisões proveniente da adesão ao programa foi de R\$ 187.953 mil.

c) Medida Provisória n.º 627

A Medida Provisória n.º 627 (MP 627/2013), de 11.11.2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);

- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e

- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, as quais buscaram criar mecanismos que possibilitassem o alinhamento das normas contábeis brasileiras às internacionais.

Considerando que a MP 627/2013 poderá sofrer alterações significativas por meio de suas propostas de emendas, a BB Seguros aguardará a sua conversão em Lei para uma análise conclusiva.

Entretanto, de acordo com estudos preliminares a luz do texto vigente da MP 627/2013, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis da BB Seguros.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Seguros Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6 "F" DF

Patrícia di Paula da Silva Paz

Contadora CRC-1SP198827/O-3 - "S" – DF

Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DA BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, os quais foram aprovados, nesta data, pela Diretoria.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes – Ernst Young Auditores Independentes S.S, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2014.

Pricilla Maria Santana (Presidente)

Adriano Meira Ricci

Expedito Afonso Veloso

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87